

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

A Redação

IV Congresso de Gestão Governamental discute sustentabilidade em Goiânia

.....

Assembléia Legislativa de Goiás

Pode passar hoje projeto em prol de pessoas com neurofibromatose

.....

Projeto em prol de pessoas com neurofibromatose está na pauta

.....

TV Atual

Pode passar hoje projeto em prol de pessoas com neurofibromatose

.....

IV Congresso de Gestão Governamental discute sustentabilidade em Goiânia

Evento é nesta quinta (13) no TCE-GO | 12.11.25 - 12:34 Congresso (Imagem: divulgação)A Redação

Goiânia - Começa nesta quinta-feira (13/11), em Goiânia, o IV Congresso Brasileiro de Gestão Governamental, promovido pelo Sindicato dos Gestores Governamentais de Goiás (Sindgestor) em parceria com a Network Eventos. O encontro será realizado no Auditório Conselheiro José Sebba, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), e segue até sexta-feira (14/11).

Com o tema "Inovação na Gestão Pública: Integrando Tecnologia, Governança Colaborativa e Sustentabilidade", o evento reunirá autoridades, especialistas e gestores públicos de todo o País para debater os desafios e as oportunidades da administração pública contemporânea.

Entre os palestrantes e painelistas confirmados estão o secretário-geral de Governo de Goiás, Adriano da Rocha Lima; ; o secretário de Economia, Sérvulo Nogueira; o secretário de Desenvolvimento Social, Wellington Matos; o presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), Marcos Arriel; a professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Gabriela Lotta; e o coordenador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, Flávio Ataliba; e o diretor do Centro de Liderança Pública (CLP), Tadeu Barros.

A programação inclui palestras, painéis temáticos e áreas de exposição, que abordarão temas como inovação, tecnologia, sustentabilidade e governança colaborativa. O objetivo é promover a troca de experiências e o fortalecimento das práticas de gestão que contribuam para um Estado mais eficiente e conectado às demandas da sociedade.

Para o presidente do SindGESTOR, Edmilson Moura, o congresso representa um marco importante para o debate sobre o papel estratégico da gestão pública no Brasil. "O Congresso Brasileiro de Gestão Governamental se consolidou como um espaço de referência nacional para reflexão e troca de experiências entre gestores. É um momento de valorização das carreiras de Estado e de fortalecimento das políticas públicas baseadas em evidências, tecnologia e compromisso com a sociedade", destaca.

IV Congresso Brasileiro de Gestão Governamental

Data: 13 e 14 de novembro de 2025

Local: Auditório do TCE-GO

(Av. Ubirajara Berocan Leite, 640 - St. Jaó)

Horário: 8h às 18h

Leia mais

Envie sua sugestão de pauta, foto e vídeo

62 9.9850 - 6351

Pode passar hoje projeto em prol de pessoas com neurofibromatose

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) realiza, nesta quarta-feira, 12, a segunda sessão deliberativa ordinária da semana, a partir das 15 horas, de forma presencial, no Palácio Maguito Vilela. Na Ordem do Dia constam 71 processos legislativos. Estão aptas a serem apreciadas em segunda votação 30 proposições: uma da Mesa Diretora, uma do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e o restante das matérias de autoria parlamentar; outras 41 proposições podem ser analisadas em primeira votação.

Entre as matérias que estão em fase final de deliberação está a propositura n° 22283/24, do deputado Amauri Ribeiro (UB), que institui a Semana Estadual de Sensibilização sobre a Doença Neurofibromatose, a ser realizada anualmente, na semana do dia 17 de maio. A proposta visa a criação de uma rede de proteção entre o Estado, profissionais da saúde e a sociedade, para fortalecer políticas públicas voltadas ao atendimento das pessoas acometidas por esse mal.

O projeto ainda prevê a capacitação dos profissionais de saúde para o tratamento da neurofibromatose, que é definida como um grupo de doenças genéticas que causa tumores benignos ao longo dos nervos, podendo afetar também a pele e outros tecidos. Um dos pontos de destaque do a proposta é o reconhecimento oficial da doença como uma deficiência no Estado de Goiás, o que pode ampliar o apoio oferecido às pessoas que convivem com a condição.

Também estão em segunda discussão e votação, projetos que incluem a criação da carteira de identificação para pessoas com epilepsia, o incentivo ao turismo rural com a "rota do açafrão" e o reconhecimento de uma raça bovina histórica.

Em primeira fase

Entre os processos aptos para primeira votação está o projeto de resolução n° 24612/25, de autoria dos deputados Bruno Peixoto (UB) e Paulo Cezar Martins (PL), que institui o Certificado Rosália Almeida Rocha. Segundo a proposta, o documento será destinado a homenagear pastoras e líderes religiosos que se destacam pela dedicação à fé cristã, à família, ao serviço comunitário e ao amor ao próximo. A honraria deverá ser entregue, anualmente, no mês de maio, em homenagem ao Dia das Mães, em sessão solene a ser realizada na sede do Parlamento goiano.

Na justificativa, os parlamentares escrevem que, diante do legado de Rosália, nada mais justo do que perpetuar sua memória por meio da criação do certificado para homenagear mulheres que, assim como ela, unem a missão espiritual ao compromisso com a família e a sociedade. "Trata-se, portanto, de uma justa e necessária homenagem, que reconhece a importância das mulheres na liderança religiosa e na construção de comunidades mais solidárias, fraternas e alicerçadas na fé", escrevem Peixoto e Martins.

Os projetos de lei em fase de primeira discussão e votação na Assembleia contemplam ainda pauta com ênfase em questões sociais, de saúde pública, proteção animal e valorização do patrimônio cultural goiano.

Para mais informações sobre as matérias já constantes da Ordem do Dia para a sessão ordinária desta quarta-feira, 12, consulte a pauta prévia.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV Assembleia Legislativa (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do YouTube. Dessa forma, a população tem a oportunidade de acompanhar as discussões e votações de todas as matérias em pauta.

A Ordem do Dia, que é a fase mais importante da sessão, envolve a discussão e votação das matérias em destaque. Cada projeto de lei é analisado e debatido pelos deputados antes de ser votado. Esse momento é crucial para a democracia, pois é quando os parlamentares têm a oportunidade de defender suas proposições, ou argumentar contra as matérias das quais discordam.

As decisões tomadas na Assembleia Legislativa têm impacto direto na vida da população. Por isso, é fundamental que os cidadãos acompanhem o trabalho dos parlamentares e participem das decisões, dando a sua opinião e, assim, contribuindo para o aprimoramento da democracia.

Projeto em prol de pessoas com neurofibromatose está na pauta

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) realiza, nesta quarta-feira, 12, a segunda sessão deliberativa ordinária da semana, a partir das 15 horas, de forma presencial, no Palácio Maguito Vilela. Na Ordem do Dia constam 71 processos legislativos. Estão aptas a serem apreciadas em segunda votação 30 proposições: uma da Mesa Diretora, uma do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e o restante das matérias de autoria parlamentar; outras 41 proposições podem ser analisadas em primeira votação.

Entre as matérias que estão em fase final de deliberação está a propositura n° 22283/24, do deputado Amauri Ribeiro (UB), que institui a Semana Estadual de Sensibilização sobre a Doença Neurofibromatose, a ser realizada anualmente, na semana do dia 17 de maio. A proposta visa a criação de uma rede de proteção entre o Estado, profissionais da saúde e a sociedade, para fortalecer políticas públicas voltadas ao atendimento das pessoas acometidas por esse mal.

O projeto ainda prevê a capacitação dos profissionais de saúde para o tratamento da neurofibromatose, que é definida como um grupo de doenças genéticas que causa tumores benignos ao longo dos nervos, podendo afetar também a pele e outros tecidos. Um dos pontos de destaque da proposta é o reconhecimento oficial, no Estado de Goiás, da doença como uma deficiência, o que pode ampliar o apoio oferecido às pessoas que convivem com a condição.

Também estão em segunda discussão e votação projetos que incluem a criação da carteira de identificação para pessoas com epilepsia, o incentivo ao turismo rural com a "rota do açafrão" e o reconhecimento de uma raça bovina histórica.

Em primeira fase

Entre os processos aptos para primeira votação, está o projeto de resolução n° 24612/25, de autoria dos deputados Bruno Peixoto (UB) e Paulo Cezar Martins (PL), que institui o Certificado Rosália Almeida Rocha. Segundo a proposta, o documento será destinado a homenagear pastoras e líderes religiosos que se destacam pela dedicação à fé cristã, à família, ao serviço comunitário e ao amor ao próximo. A honraria deverá ser entregue, anualmente, no mês de maio, em homenagem ao Dia das Mães, em sessão solene a ser realizada na sede do Parlamento goiano.

Na justificativa, os parlamentares escrevem que, diante do legado de Rosália, nada mais justo do que perpetuar sua memória por meio da criação do certificado para homenagear mulheres que, assim como ela, unem a missão espiritual ao compromisso com a família e a sociedade. "Trata-se, portanto, de uma justa e necessária homenagem, que reconhece a importância das mulheres na liderança religiosa e na construção de comunidades mais solidárias, fraternas e alicerçadas na fé", escrevem Peixoto e Martins.

Os projetos de lei em fase de primeira discussão e votação na Assembleia contemplam ainda pauta com ênfase em questões sociais, de saúde pública, proteção animal e valorização do patrimônio cultural goiano.

Para mais informações sobre as matérias já constantes da Ordem do Dia para a sessão ordinária desta quarta-feira, 12, consulte a pauta prévia.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV Assembleia Legislativa (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do YouTube. Dessa forma, a população tem a oportunidade de acompanhar as discussões e votações de todas as matérias em pauta.

A Ordem do Dia, que é a fase mais importante da sessão, envolve a discussão e votação das matérias em destaque. Cada projeto de lei é analisado e debatido pelos deputados antes de ser votado. Esse momento é crucial para a democracia, pois é quando os parlamentares têm a oportunidade de defender suas proposições, ou argumentar contra as matérias das quais discordam.

As decisões tomadas na Assembleia Legislativa têm impacto direto na vida da população. Por isso, é fundamental que os cidadãos acompanhem o trabalho dos parlamentares e participem das decisões, dando a sua opinião e, assim, contribuindo para o aprimoramento da democracia.

Pode passar hoje projeto em prol de pessoas com neurofibromatose

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) realiza, nesta quarta-feira, 12, a segunda sessão deliberativa ordinária da semana, a partir das 15 horas, de forma presencial, no Palácio Maguito Vilela. Na Ordem do Dia constam 71 processos legislativos. Estão aptas a serem apreciadas em segunda votação 30 proposições: uma da Mesa Diretora, uma do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e o restante das matérias de autoria parlamentar; outras 41 proposições podem ser analisadas em primeira votação.

Entre as matérias que estão em fase final de deliberação está a propositura n° 22283/24, do deputado Amauri Ribeiro (UB), que institui a Semana Estadual de Sensibilização sobre a Doença Neurofibromatose, a ser realizada anualmente, na semana do dia 17 de maio. A proposta visa a criação de uma rede de proteção entre o Estado, profissionais da saúde e a sociedade, para fortalecer políticas públicas voltadas ao atendimento das pessoas acometidas por esse mal.

O projeto ainda prevê a capacitação dos profissionais de saúde para o tratamento da neurofibromatose, que é definida como um grupo de doenças genéticas que causa tumores benignos ao longo dos nervos, podendo afetar também a pele e outros tecidos. Um dos pontos de destaque do a proposta é o reconhecimento oficial da doença como uma deficiência no Estado de Goiás, o que pode ampliar o apoio oferecido às pessoas que convivem com a condição.

Também estão em segunda discussão e votação, projetos que incluem a criação da carteira de identificação para pessoas com epilepsia, o incentivo ao turismo rural com a "rota do açafrão" e o reconhecimento de uma raça bovina histórica.

Em primeira fase

Entre os processos aptos para primeira votação está o projeto de resolução n° 24612/25, de autoria dos deputados Bruno Peixoto (UB) e Paulo Cezar Martins (PL), que institui o Certificado Rosália Almeida Rocha. Segundo a proposta, o documento será destinado a homenagear pastoras e líderes religiosos que se destacam pela dedicação à fé cristã, à família, ao serviço comunitário e ao amor ao próximo. A honraria deverá ser entregue, anualmente, no mês de maio, em homenagem ao Dia das Mães, em sessão solene a ser realizada na sede do Parlamento goiano.

Na justificativa, os parlamentares escrevem que, diante do legado de Rosália, nada mais justo do que perpetuar sua memória por meio da criação do certificado para homenagear mulheres que, assim como ela, unem a missão espiritual ao compromisso com a família e a sociedade. "Trata-se, portanto, de uma justa e necessária homenagem, que reconhece a importância das mulheres na liderança religiosa e na construção de comunidades mais solidárias, fraternas e alicerçadas na fé", escrevem Peixoto e Martins.

Os projetos de lei em fase de primeira discussão e votação na Assembleia contemplam ainda pauta com ênfase em questões sociais, de saúde pública, proteção animal e valorização do patrimônio cultural goiano.

Para mais informações sobre as matérias já constantes da Ordem do Dia para a sessão ordinária desta quarta-feira, 12, consulte a pauta prévia.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV Assembleia Legislativa (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do YouTube. Dessa forma, a população tem a oportunidade de acompanhar as discussões e votações de todas as matérias em pauta.

A Ordem do Dia, que é a fase mais importante da sessão, envolve a discussão e votação das matérias em destaque. Cada projeto de lei é analisado e debatido pelos deputados antes de ser votado. Esse momento é crucial para a democracia, pois é quando os parlamentares têm a oportunidade de defender suas proposições, ou argumentar contra as matérias das quais discordam.

As decisões tomadas na Assembleia Legislativa têm impacto direto na vida da população. Por isso, é fundamental que os cidadãos acompanhem o trabalho dos parlamentares e participem das decisões, dando a sua opinião e, assim, contribuindo para o aprimoramento da democracia.